

## Entre o Atlântico e o Índico: feminismos africanos, globalização e articulações Sul-Sul

Vera Fátima Gasparetto<sup>1</sup>  0000-0002-3865-0549

Luzinete Simões Minella<sup>2</sup>  0000-0001-7953-7385

<sup>1</sup>Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil. 88058-200 – [ppgich@contato.ufsc.br](mailto:ppgich@contato.ufsc.br)

<sup>2</sup>Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil. 88037-630



**Resumo:** Neste artigo, analisamos os feminismos africanos a partir de uma perspectiva Sul-Sul, problematizando os impactos da globalização e do colonialismo na produção de conhecimento e na luta por direitos das mulheres. Com base em entrevistas com intelectuais e ativistas moçambicanas, o texto denuncia o racismo epistêmico e estereótipos que moldam a percepção sobre a África e suas produções teóricas. Ao discutir os efeitos históricos e contemporâneos do imperialismo, do patriarcado e da colonização do saber, as autoras articulam uma crítica à hegemonia eurocentrada nos estudos de gênero e propõem uma valorização das epistemologias africanas, dos saberes locais e da luta das mulheres. São apresentadas experiências de resistência feminista transnacional, redes de solidariedade, ativismo político e práticas de construção de direitos em contextos marcados por assimetrias sociais, culturais e econômicas. A articulação entre teoria e prática feminista no Sul Global é defendida como ferramenta essencial para a transformação das relações de poder e o reconhecimento das multiplicidades de vivências, subjetividades e formas de organização das mulheres africanas.

**Palavras-chave:** feminismos africanos; gênero e colonialidade; globalização; Sul-Sul; Moçambique.

### **Between the Atlantic and the Indian Ocean: African Feminisms, Globalization, and South-South Alliances**

**Abstract:** This article analyzes African feminisms – particularly those from Mozambique – from a South-South perspective, problematizing the impacts of globalization and colonialism on knowledge production and the struggle for women's rights. Based on interviews with Mozambican intellectuals and activists, the text denounces epistemic racism and the stereotypes that continue to shape perceptions of Africa and its theoretical contributions. By discussing the historical and contemporary effects of imperialism, patriarchy, and the colonization of knowledge, the authors advocate for the valorization of African epistemologies, local knowledge, and women's agency. Through the Mozambican case, the article presents experiences of transnational feminist resistance, solidarity networks, political activism, and rights-building practices in contexts marked by social, cultural, and economic asymmetries. The articulation between theory and feminist practice in the Global South is defended as an essential tool for transforming power relations and recognizing the multiplicity of experiences, subjectivities, and organizational forms of African women.

**Keywords:** African feminisms; Gender and coloniality; Globalization; South-South; Mozambique.

### **Entre el Atlántico y el Índico: feminismos africanos, globalización y articulaciones Sur-Sur**

**Resumen:** Este artículo analiza los feminismos africanos – particularmente los de Mozambique – desde una perspectiva Sur-Sur, problematizando los impactos de la globalización y del colonialismo en la producción de conocimientos y en la lucha por los derechos de las mujeres. A partir de entrevistas con intelectuales y activistas mozambiqueñas, el texto denuncia el racismo epistémico y los estereotipos que aún moldean las percepciones sobre África y sus aportes teóricos. Al discutir los efectos históricos y contemporáneos del imperialismo, el patriarcado y la colonización del saber, las autoras abogan por la valorización de las epistemologías africanas, los saberes locales y la agencia de las mujeres. A través del caso mozambiqueño, el artículo presenta experiencias de resistencia

*feminista transnacional, redes de solidariedad, activismo político y prácticas de construcción de derechos en contextos marcados por asimetrías sociales, culturales y económicas. La articulación entre teoría y práctica feminista en el Sur Global se defiende como una herramienta esencial para transformar las relaciones de poder y reconocer la multiplicidad de experiencias, subjetividades y formas de organización de las mujeres africanas.*

**Palabras clave:** *feminismos africanos; género y colonialidad; globalización; sur-sur; Mozambique.*

## Introdução

A realização da pesquisa em Moçambique visa contribuir para o processo de produção de conhecimento na relação Brasil-África, no âmbito das relações Sul-Sul, e para preencher lacunas de estudos em ciências humanas no campo teórico das relações Sul-Sul, por meio de uma pesquisa realizada fora dos centros hegemônicos de produção de conhecimentos sobre a formação de um campo de estudos de gênero em Moçambique (Vera Fátima Gasparetto, 2020), formado pela práxis da ação política e pela produção acadêmica e feministas em Moçambique. A pesquisa foi realizada junto a representantes de associações e de movimentos sociais de mulheres e feministas em Moçambique, com observação participante e realização de entrevistas com ativistas e usuárias e pesquisadoras que contribuem para a formação de um campo de gênero no país.

Uma parcela considerável de intelectuais de África faz uma crítica à supremacia do pensamento europeu sobre a produção de conhecimento do Sul-Sul, estendendo-se também no âmbito da reflexão feminista (Gasparetto, 2019). Essa intelectualidade faz coro com o argumento de que o grande acontecimento e a experiência fundamental da nossa época são que a Europa não é mais o centro de gravidade do mundo (Amílcar Cabral, 1999; Franz Fanon, 2008; Achille Mbembe, 2018). Esta transição para pensamentos críticos traz possibilidades e reconhecimento aos esforços empreendidos pelas lutas e resistências engendradas nos territórios neocoloniais,<sup>1</sup> assim como aos estudos de gênero e feministas, que denunciam o eurocentrismo e propõem alternativas epistemológicas e de ativismo, ampliando redes e novos patamares para a ciência e para a mudança de paradigmas societários.

No seu empreendimento colonial, fundamentado na missão civilizadora, o império europeu ocupou os corpos-territórios considerados inferiores e anormais, intensificou as desigualdades de gênero, inventou a raça para justificar a subjugação das pessoas negras e a concessão de privilégios políticos, jurídicos e econômicos aos brancos (Anne McClintock, 2010). A violência foi, e ainda é, um elemento de controle e afirmação do racismo e de garantia da inferioridade alheia, permitindo a exploração brutal como empreendimento civilizatório (Mbembe, 2018), atingindo em especial as mulheres (McClintock, 2010; Oyèrónké Oyèwùmí, 2021).

Nesse contexto de colonização há uma crítica ao ingresso do conceito de gênero no continente como um produto da modernidade, marcada pela expansão Europeia e o estabelecimento da hegemonia cultural euro-americana, que impôs um modelo de desenvolvimento. Essa hegemonia se aprofunda na produção do conhecimento sobre o comportamento humano, história, sociedades e culturas quando “os interesses, preocupações, predileções, neuroses, preconceitos, instituições sociais e categorias sociais de euro-americanos têm dominado a escrita da história humana” (Oyèwùmí, 2004), resultando no etnocentrismo e na racialização do conhecimento.

Dessa forma, os processos pós-independências, resultantes em grande parte das lutas de libertação nacional, não significaram uma de/descolonização. Persiste o racismo epistêmico e uma “vontade de ignorância” sobre a África, reforçada por apagamentos de suas histórias, realidades e especificidades regionais do continente, implicando tolerância aos abusos de poder de Estados e de corporações sobre pessoas e territórios, que perduram e desafiam a pensar uma outra globalização (Milton Santos, 2002). Associado à globalização emerge o desafio de compreender as estruturas estatais, por onde circulam as diferenças étnico-culturais que privilegiam os homens e implicam a violação dos direitos humanos das mulheres (Oyèwùmí, 2021; Ana Loforte, 2003), como é o caso também em Moçambique.

No período colonial, algumas mulheres africanas foram espetacularizadas<sup>2</sup> pela ciência, como foi o caso das Sul Africanas/Khanako (do Sul do Kalahari) e Saartjie Baartman, a Vênus Hotentote (do Cabo). Elas foram levadas à Europa, no final do século XVIII. Lá foram expostas em feiras, em shows. Foram feitas em “pedaços” para serem moldadas para estudos da

<sup>1</sup> O neocolonialismo se caracteriza por ser uma ocupação coercitiva, legitimada por Estados-nações europeus que arbitraram a divisão do território africano na Conferência de Berlim, no final do século XIX, de acordo com seus interesses econômicos, argumentando a necessidade de uma missão civilizadora sobre no continente.

<sup>2</sup> Criamos essa ideia pensando na associação entre espetáculo e ridicularização.

medicina e da etnologia. Eram consideradas primitivas, nativas, indígenas, exóticas, “as outras”, representantes de um lugar estranhado. Embora sejam duas faces da mesma moeda, nenhuma literatura revelou como ciência e espetáculo trabalham juntos: palco de pesquisa e palco de exposição, para o qual não há estudos de desconstrução da pesquisa científica e as formas de exposição visual da mulher nas representações coloniais (Ciraj Rassol; Patrícia Hayes, 2001).

As histórias de Khanako e Saartjie Baartman fazem parte das “agendas ocultas de pesquisa”, as quais têm uma lista de temas a serem estudados e re-colocados, incluindo a forma como as mulheres africanas foram e são retratadas pela ciência ocidental (Rassol; Hayes, 2001). Essas não foram desvendadas na história das metrópoles e das periferias do globo, persistindo o binarismo e as fronteiras entre brancos/as e pessoas de cor, a dicotomia branco/a olha e negro/a é olhado, o norte e o sul, quem pensa e quem produz, quem pesquisa e quem é pesquisada/o, quem é sujeito e quem é objeto.

Dessas reflexões surgem as perguntas: como as condições coloniais, de classe, raciais/étnicas e de gênero levaram à reprodução dessas imagens em diferentes momentos e lugares? Qual imaginário criaram e por que ainda persistem? Quais narrativas e que efeitos produzem no olhar sobre África? Por que persiste o silenciamento acerca da exploração e o racismo epistêmico sobre o continente?

Essas perguntas guiam a elaboração de um mapa híbrido, que traga até nós o continente africano através de referenciais teóricos de diferentes perspectivas sobre o campo dos estudos de gênero, do feminismo, da mulher, das mulheres, das agendas e lutas por direitos junto ao Estado, tendo como base empírica a realidade de Moçambique.

Na sequência, argumentamos sobre a escolha teórica-política pela produção do feminismo Sul-Sul, refletindo sobre as ambiguidades da globalização, da produção de conhecimento acadêmico, dos conhecimentos outros, somando as vozes das ativistas dos movimentos de mulheres e feministas (Gasparetto, 2019). O artigo segue traçando a relação entre globalização, redes de conhecimento e de lutas, tensões e resistências das mulheres à globalização capitalista e traz as considerações finais. As reflexões das autoras articulam-se com as teorias citadas, bem como as perspectivas epistêmicas das entrevistadas.

## Por que demarcar a resistência Sul-Sul?

A cartografia dominante organizou a maior parte dos mapas, colocando o continente Europeu no centro e o Norte na parte superior da linha do Equador, associando a ele os países que colonizaram outros territórios. O Sul é colocado na parte inferior da representação, onde estão os países colonizados. O eurocentrismo e o colonialismo têm múltiplas camadas que vêm sendo levantadas pelo pensamento social crítico latino-americano e africano em diferentes momentos históricos. A cada período novas camadas de ocultamento são identificadas e desvendadas (Edgardo Lander, 2005).

Essa perspectiva hegemoniza a escolha das posições e dos vocábulos da cartografia, baseada em componentes ideológicos, questionados pela obra *Mapa Invertido – Poseidon*, de Joaquín Torres Garcia (em GGN, 2013). O artista olha a história sob outro ângulo, ressaltando a existência e os modos de vida das populações que habitam o lado debaixo da linha do Equador, denominada de Sul Global.<sup>3</sup> É dessa perspectiva que olhamos para a vida das mulheres, propondo uma reflexão sobre os feminismos ao Sul-Sul, tendo em conta as assimetrias no processo de globalização.

O deslocamento do centro econômico mundial para alguns países do Leste Asiático, liderados pela China, modifica gradativamente a dinâmica da acumulação capitalista em escala mundial, estimulando o crescimento dos países do Sul Global. Houve um aumento das transações comerciais entre os países do eixo Sul-Sul – Ásia, África e América Latina (Victor R. Fernández *et al.*, 2014). Pela primeira vez na história do sistema capitalista as relações comerciais entre países periféricos ganham densidade e dinamismo (Cepal, 2010), ainda que essa participação na geração e apropriação da riqueza mundial não abale a estrutura hierárquica nas relações Norte-Sul.

Essas estruturas organizam relações desiguais de poder, que se refletem na produção de conhecimento e na visão eurocêntrica de que o Norte é o produtor de teorias e o Sul é fornecedor de dados (Jimi Adésinà, 2010, p. 2). Na divisão internacional da produção intelectual, o “Norte” dita a teoria e o “Sul” é o lugar onde são realizados os estudos de caso, em particular nos estudos acerca das mulheres (Joana Maria Pedro, 2005).

<sup>3</sup> O termo “Sul Global” refere-se aos territórios localizados fora da América do Norte e da Europa, marcados por assimetrias econômicas, políticas, sociais e por uma tentativa de dominação cultural. O Sul Global é um lugar marcado pelo chamado subdesenvolvimento, herdado da história colonial e que ainda vivencia a experiência do neoimperialismo (que mantém as desigualdades no acesso a recursos, condições e qualidade de vida). Esse termo é uma alternativa ao conceito de “globalização”, pois contesta a naturalização da homogeneização das culturas e das sociedades (DADOS, Nour; CONNELL, Raewyn. “The Global South”. *Contexts*, v. 11, n. 1, p. 12-13, 2012).

Desse processo de colonização do saber, do ser e do poder surgem as imposições ou exclusões de categorias e a colonização do pensamento (Aníbal Quijano, 2002). A ausência de uma análise mais profunda dos contextos históricos e dos aspectos empíricos levam à colonização do sistema sexo-gênero (María Lugones, 2008). Categorias como “mulher”, “mulheres”, “feminismos”, “feminilidades”, “masculinidades”, “gênero”, “patriarcado” são controvérsias, mas atuais e necessárias, pois quando o gênero e as mulheres ficam conceitualmente invisibilizadas, a política de resistência feminina fica deslocada, causando um déficit de meios políticos para responder à exclusão patriarcal (Patricia McFadden, 2001).

Distintas denominações são necessárias no contexto africano, como ainda é útil diferenciar “movimentos femininos” e “feminismo”, para distinguir-se dos movimentos das mulheres reacionárias. “A razão para isso é que a experiência africana inclui todas as formas de mobilização feminina, não tudo o que gostamos ou escolhemos. A história recente mostrou nitidamente que, na África, mesmo os regimes mais antidemocráticos não hesitaram em mobilizar as mulheres” (Amina Mama, 2013, p. 15).

Nos países subjugados pelo colonialismo, mesmo após a conquista das independências, permanece o empobrecimento da população, a destruição de infraestruturas, a pilhagem de recursos, o borramento de identidades culturais e a institucionalização de diversas formas de racismo. No imaginário das sociedades ocidentais e ocidentalizadas, as categorias “negro” e “raça” são sinônimos, designadas de forma primária, pesada, perturbadora e desequilibrada no saber e no discurso moderno sobre a “humanidade” (Mbembe, 2018). A aparição dessas categorias foi simultânea à difusão do projeto moderno de conhecimento e de governo, com a criação do sujeito racial e do nacional-colonialismo.

[...] o negro ser este (ou então aquele) que vemos quando nada se vê, quando nada compreendemos e, sobretudo, quando nada queremos compreender. [...] ao reduzir o corpo e o ser vivo a uma questão de aparência, de pele, de cor, outorgando à pele e à cor o estatuto de uma ficção de cariz biológico, os mundos euro-americanos em particular fizeram do negro e da raça duas versões de uma única e mesma figura: a da loucura codificada. Funcionando simultaneamente como categoria originária, material e fantasmagórica, a raça esteve, no decorrer dos séculos precedentes, na origem de inúmeras catástrofes, tendo sido a causa de devastações psíquicas assombrosas e incalculáveis crimes e massacres (Mbembe, 2018, p. 13).

Entre os legados coloniais, o racismo tenta “estigmatizar a diferença com o propósito de justificar vantagens injustas ou abusos de poder, sejam eles de natureza econômica, política, cultural ou psicológica” (Ella Shohat; Robert Stam, 2006, p. 51). Em decorrência da racialização, temas como a manipulação das culturas, o apagamento de suas histórias e dos significados político-identitários e a apropriação cultural são discutidos por grupos que fazem críticas pós-coloniais e decoloniais nos países empobrecidos e miscigenados do Sul Global. Soma-se a essa perspectiva a importância das pensadoras africanas, asiáticas e latino-americanas para a formulação dos feminismos pós-coloniais: “As feministas ocidentais concordam com muito do que dissemos sobre as várias mulheres oprimidas de várias maneiras, e a importância da classe, raça e cultura para estabelecer relações de gênero” (Mama, 2013, p. 14).

Esses aspectos imbricam-se com questões político-econômicas e com discursos de uma “verdade” do conhecimento eurocêntrico acerca da formação e da prática colonialista/imperialista, com destaque para os efeitos do entroncamento de patriarcados na vida das mulheres em situação colonial (McClintock, 2010; Oyèwùmí, 2021). Assim, é preciso corrigir aspectos negativos das culturas autóctones, que se espelham na Europa:

[...] Precisamos superar nosso complexo de inferioridade endêmica em relação à Europa e por termos como “branco” implantados com sucesso em nossa educação colonial. Devemos pensar em nossos centros de interesse, olhando o que faz sentido e o que não é útil na África para que se enriqueça com as ideias que vêm de todo o mundo, incluindo a Europa e a América do Norte. Devemos buscar a dignidade, como nossos antepassados fizeram antes do século XV, isto é, antes do início do comércio atlântico de escravos, e a consequente teoria da inferioridade das pessoas de origem africana (Molara Ogundipe, 2013, p. 39-40, tradução livre).

O processo de globalização é diferente em cada contexto (Sul-Sul, Norte-Norte, Norte-Sul, Sul-Norte), fazendo com que paradigmas e conceitos sejam questionados, como o de “gênero” (Oyèwùmí, 2004) e o de “empoderamento” como um processo em que o poder das mulheres se expressa nos assuntos públicos, mas também nos privados, como é o caso da maternidade, considerada uma fonte de poder na África. Outros marcadores são articulados ao gênero como elementos de estruturação social e das condições para os poderes, como idade, etnia, classe e território. A assimetria territorial transparece na análise:

Eu “globalizo”? com Bernadette Chirac, que tem seu palácio, enquanto eu ainda estou pagando pela casa que comprei há vinte anos na minha cidade? Poderíamos globalizar com países que têm o mesmo nível de desenvolvimento que nós, para criar um mínimo de bem-estar comum, porque a África está se tornando mais miserável. Tome um país como o Senegal.

Mesmo as famílias que são chamadas “médias” só comem uma vez por dia por falta de meios. Cada vez há menos peixe, porque a garoupa foi para as mesas dos grandes restaurantes europeus. Há algo errado! (Ken Bugul, 2013, p. 161).

As desigualdades no acesso aos recursos e as dicotomias na produção de conhecimento Norte-Sul são questionadas pela socióloga moçambicana, Rehana Carpuchande (entrevista, 2017), ao pensar o campo dos estudos de gênero:

[...] Nós somos africanas e temos que ter uma abordagem feminista mais africana. O mais importante é que haja um diálogo mais igualitário e de aceitação. É preciso admitir que há outros conceitos, que podem fazer sentido, como reconhecer o trabalho da Oyèrónke, que diz que na sociedade Yorubá o princípio não é necessariamente o gênero. [...] Aqui em Moçambique o princípio de hierarquização é a *senhority* e não o gênero. Os dois fazem sentido no nosso contexto. [...] não é uma questão de dizer que teremos gênero ou feminismo, epistemologia feminista do Norte, ou do Sul. Dentro deste quadro criado pelo Ocidente nós vamos lá nos formar e beber dessas fontes. Mas é preciso que o Ocidente admita a entrada de outros conhecimentos e faça este diálogo.

Esse indicativo de buscar interconexão entre as várias epistemologias é recorrente nas entrevistas com intelectuais moçambicanas, descritas no artigo “O campo dos estudos de gênero em Moçambique/África” (Gasparetto, 2020). O país faz parte de contextos que foram silenciados pelo pensamento hegemônico (masculino, branco, heteropatriarcal, católico, colonial e eurocêntrico). Contudo, desse espaço de contradições emergem proposições teóricas e de ativismo que expressam as experiências de resistência dos movimentos de mulheres e feministas ao apagamento de suas culturas, subjugação econômica, étnico-racial e de seus corpos-territórios:

Falar do feminismo é falar das lutas que nós travamos e muitas vezes somos proibidas de ser o que somos. É falar de buscar a igualdade de oportunidades de direitos entre homens e mulheres. Discutir o tema do feminismo com base nas nossas vivências. Se pensarmos no passado, o que nos foi proibido de fazer como mulheres. Se falamos do feminismo, temos que ter em conta que é uma luta que vem de tempos remotos. Conseguimos direitos, como votar, trabalhar, estudar, mas ainda existe a barreira das questões culturais – dos hábitos, dos costumes e da religião, com seu papel de manter a forma como a mulher é vista na sociedade (Sheila Mandhate, entrevista 2017).

O depoimento da ativista Sheila reflete as relações entre o global/local e os impactos em um território onde estão inseridas as resistências dos movimentos de mulheres e feministas de Moçambique. Elas estão implicadas na posição geopolítica da ex-colônia portuguesa e nas consequências culturais e políticas para a vida no neocolonialismo (Raewyn Connell; Rebecca Pearse, 2015). Emerge desses movimentos uma pluralidade de vozes e trajetórias, inserida no contexto de um país africano que busca superar a situação de colonialidade. A África traz um ponto de vista único de reflexão sobre o desenvolvimento global e as decisões dos centros de poder global que influenciam a vida de suas sociedades/comunidades. “Por causa dessa profunda influência, precisamos analisar e entender esses paradigmas, as ideias e premissas que os informam [...] em termos de nossas próprias realidades vividas e suas consequências” (Mama, 2002), como verificaremos no próximo tópico.

## Globalização, conhecimentos e redes de lutas

As guerras e a privatização da terra marcaram o início do capitalismo e o empobrecimento da classe trabalhadora no âmbito global, impactando de forma profunda os povos africanos, em especial as mulheres. Foram várias as formas de entrada das africanas na globalização: deslocadas forçadamente de seus territórios, sofrendo em seus territórios os efeitos do imperialismo, ou mesmo escolhendo viver em outros continentes. São processos marcados por tensões, conflitos, exploração, ambiguidades, pois muitas vezes resultam de vontades, agências e escolhas. O primeiro fenômeno de deslocamento transnacional de pessoas africanas foi durante a escravização, quando milhares foram arrancadas de seus territórios e forçadas a viver em outros continentes, nos quais deixaram um legado de luta, trabalho, culturas e procriaram novas gerações. O tráfico de escravizados/as marcou a biografia da história africana, engendrando em si resistências:

[...] da espoliação organizada, quando, em proveito do tráfico atlântico (do século XV ao XIX), homens e mulheres originários da África foram transformados em homens-objeto, homens-mercadoria e homens-moeda. Aprisionados no calabouço das aparências, passaram a pertencer a outros, hostilmente predispostos contra eles, deixando assim de ter nome ou língua própria. Apesar de a sua vida e o seu trabalho serem a partir de então a vida e o trabalho dos outros, com quem estavam condenados a viver, porém proibidos de manter relações como co-humanos, nem por isso deixariam de ser sujeitos ativos (Mbembe, 2018, p. 13-14).

Lado a lado com o “macabro comércio de escravos”, existiam na Europa e nos Estados Unidos movimentos de africanos/as livres, novos/as colonos/as, que eram antigos/as pobres negros/as (Inglaterra) ou refugiados/as da guerra civil (Estados Unidos) que voltaram para a África, especialmente Serra Leoa (Mbembe, 2018). A condição negra foi transnacionalizada, sendo uma parte constitutiva da modernidade que se utilizou do Atlântico para circular (Paul Gilroy, 2012).

Outro fenômeno ao qual a África está vinculada foi o da perseguição das mulheres em escala global, iniciado no século XVI, denominado caça às bruxas. O fato ocorreu em várias partes do mundo, aliado à expansão global do capitalismo por meio da colonização e da cristianização, que desvalorizou o poder feminino e tratou as mulheres como um perigo para o seu domínio.<sup>4</sup> As mulheres representavam a resistência, o que levou a uma aliança que “assegurou que esta perseguição fosse implantada no corpo das sociedades colonizadas e, com o tempo, posta em prática pelas comunidades subjugadas em seu próprio nome e contra seus próprios membros” (Federici, 2017, p. 414). A renovação da perseguição à bruxaria na África coincide com as décadas de 1980 e 1990, quando do ingresso do Fundo Monetário Internacional (FMI) e a imposição dos programas de ajuste estrutural, levando a um empobrecimento da população, espoliação de terras, desemprego, perseguição às culturas, modos de vida, ao uso de ervas e à medicina tradicional, praticada por curandeiras.

A caça às bruxas também ocorreu na África, onde sobrevive até hoje como um instrumento-chave de divisão em muitos países, especialmente naqueles que, em determinado momento, estiveram implicados no comércio de escravos, como a Nigéria e a África do Sul. Nessas regiões, a caça às bruxas tem sido acompanhada pela perda de posição social das mulheres, provocada pela expansão do capitalismo e pela intensificação da luta pelos recursos naturais, que, nos últimos anos, vem se agravando pela imposição da agenda neoliberal (Federici, 2017, p. 416).

Um terceiro aspecto da globalização de mulheres africanas está relacionado ao deslocamento para diferentes países, em busca de universidades estrangeiras, para realizarem sua formação na pós-graduação. Esse deslocamento é por vontade própria, mas se deve à precariedade da oferta de cursos dentro dos países do continente. Muitas dessas intelectuais são referências na produção de conhecimento acadêmico, são docentes em universidades latino-americanas, europeias e norte-americanas, e influenciam contextos transnacionais. Uma parcela dessas intelectuais africanas tem agência na produção teórica mundial, como analisa Mama (2002):

Acredito que as mulheres africanas sempre contribuíram para a teoria – não apenas como dados brutos e consumíveis culturais, mas como pessoas que inspiram, desafiam e realmente produzem teoria também. O que se passa hoje pela teoria tem sido fortemente influenciado pelas intervenções críticas de africanos e outros intelectuais não ocidentais. Isto é especialmente verdadeiro dentro da práxis feminista internacional, que deve muito à experiência dos movimentos de libertação nacional e à eflorescência dos movimentos de mulheres em contextos colonizados em todo o mundo.

A circulação do pensamento africano em geral, e feminista em particular, é incipiente no Brasil, refletindo-se em ausência nas ementas de disciplinas, nas referências indicadas, nas citações em produções acadêmicas, nos convites para eventos etc. Entretanto, algumas pesquisadoras brasileiras têm realizado seus trabalhos em África, assim como diversas intelectuais africanas realizam suas graduações e pós-graduações no Brasil, o que tem aumentado a circulação de saberes entre os dois territórios. Algumas iniciativas de editoras têm trazido o pensamento africano para circular no Brasil, a maioria ainda de homens, mas já revela uma abertura do mercado editorial. Outro exemplo animador é a tradução, para o espanhol, do livro *La invención de las mujeres – Una perspectiva africana sobre los discursos occidentales del género* (Oyèwùmí, 2017).<sup>5</sup> O fato de essa obra permanecer por tanto tempo ignorada no contexto latino-americano revela as prioridades do mercado editorial, como analisa Yuderlys Miñoso (2017) na apresentação do livro:

Levar a sério a proposta de Lugones significava abrir espaços fechados de escuta até aquele momento, embarcar em uma jornada em direção a novos entendimentos excluídos da compreensão feminista; por isso, repensou, atualizou e propôs novas abordagens críticas em relação ao feminismo regional do qual participamos. Mas a tarefa propriamente dita nos levou a sentir a necessidade de estabelecer maiores alianças e conversas com o pensamento descolonial – feminista ou não – de pensadores de origem africana ou das ex-colônias do sul global. Em geral, tivemos muito pouco contato com o pensamento africano e lamentamos dizer que isso continua até hoje. Apesar de, nos últimos dois ou três anos, as relações com a África se intensificarem, em um contexto em que a consciência de trazer experiências históricas e lutas anticoloniais entre países do sul global continua a permanecer ancorada a um movimento que

<sup>4</sup> No texto “Caça às bruxas, globalização e solidariedade feminista na África dos dias atuais”, a italiana Silvia Federici (2017) descreve detalhadamente esse fenômeno.

<sup>5</sup> O livro foi editado no Brasil em 2021, com o título *A invenção das mulheres – construindo um sentido africano para os discursos*.

olhe para a Europa e os EUA e só conheça as verdades que produziram sobre a África (Miñoso, 2017, p. 10, tradução livre).

Motivadas por esse desafio, Vera Fátima Gasparetto e Débora Speck (2022), no artigo “Tecendo conexões e aproximações entre feminismos africanos e latino-americanos” trazem algumas conexões entre feminismos latino-americanos e africanos que emergem de entrevistas e referenciais teóricos acerca de encontros, desencontros, aproximações e distanciamentos dentro do campo do ativismo e dos estudos de gênero e feministas nos territórios de África/Moçambique e América Latina/Brasil, a partir de uma perspectiva decolonial e das narrativas que fazem uma crítica ao feminismo hegemônico, tanto acadêmico como ativista. Refletem também acerca dos níveis de circulação de saberes e conhecimentos entre os dois continentes.

A conexão entre a academia e o ativismo foi um dos objetivos da realização do 14º Congresso Mundos de Mulheres, que ocorreu em Maputo, Moçambique, em 2022. A série de eventos conhecida como *Women's Worlds Congress (WWW)* articula a cada edição a presença do feminismo acadêmico e ativista em âmbito internacional. Pela segunda vez o continente recebeu o encontro, sendo a primeira em Uganda, em 2002, quando na abertura do Congresso Amina Mama (2002) reforçou que “o gênero continua a ser uma das arenas mais importantes para a transformação política e social na região africana, e existem agora muitas camadas de luta de gênero e muita experiência acumulada a considerar”, marcando a importância dos saberes que vêm das lutas.

Ao retomar o caso de Moçambique, a presença de mulheres no contexto transnacional tem sido marcada pela atuação dos movimentos de mulheres e feministas articulados em redes, que vêm sendo construídas desde as lutas de libertação nacional. As moçambicanas estiveram presentes em várias Conferências Internacionais (Copenhague, Nairóbi, Beijing, da Terra, da População, dos Direitos Humanos), e anualmente têm representações nos encontros anuais da *Commission on the Status of Women (CSW)*.<sup>6</sup>

Esse protagonismo no ativismo transnacional revela a capacidade de articulação com outras redes de movimentos. O Secretariado Internacional da Marcha Mundial das Mulheres (MMM) esteve sediado em Moçambique até 2021, quando foi transferido para a Turquia. Para a moçambicana Graça Samo (entrevista, 2018), que coordenou o Secretariado, a Marcha constrói a agenda em diálogo com cada região:

Em 2017 definimos o tema global “Paz e Desmilitarização”, mas também havia a agenda da “*Ni una a menos*” e outras a puxarem para os temas das migrações. Não houve consenso. Então, na região das Américas há o tema da democracia e contra o neoliberalismo (esse tema traz a resistência contra a impunidade das transnacionais). Os movimentos sociais pressionam a ONU a constituir um grupo de trabalho para dar condições aos países e comunidades a desafiar o poder das corporações.

As dinâmicas dos feminismos moçambicanos são singulares, ainda que em muitos aspectos estão inseridas em um espaço político transnacional, borrando as fronteiras dos Estados Nações, conectando ativistas em campanhas globais contra práticas patriarcais locais (Gasparetto, 2020). A antropóloga moçambicana Carla Braga (2017) relata sua experiência de ativismo na América Latina, que influenciou sua trajetória acadêmica, ilustrando esse entre-lugar chamado *glocal*:

[...] eu venho do ativismo na América Latina. Nos anos 1980 eu fui no Chile [e] fiz parte de um movimento de mulheres em pleno período da ditadura Pinochet. Foi uma experiência muito forte, fico até emocionada quando falo. Fui parte do movimento pró-emancipação da mulher chilena, chamada “coordenadora de ação social de mulheres”, que envolvia organizações de base e outras redes. Foi um período muito tenso e de grandes discussões, onde se unia a luta pela democracia, contra a ditadura, pelos direitos humanos num modo geral, mas nós sempre tentando feminizar essas questões e pensando nas presas políticas (não só em presos).

Essa reflexão de Braga (2017) soma-se à questão política-chave de integrar demandas por redistribuição, reconhecimento e representação que possam contestar injustiças de gênero num mundo globalizado (Nancy Fraser, 2007), como será discutido na sequência do artigo.

## **Tensões e resistências das mulheres à globalização capitalista**

Ao refletir acerca do papel dos Estados africanos na cartografia política mundial, o continente tem sido relegado às franjas por meio de vários mecanismos. Primeiramente, na tomada de decisão dentro das instituições financeiras internacionais (quando líderes participam das regras do jogo é porque a elas estão subordinados). Ainda, o continente está submisso às leis da democracia liberal, mas o paradoxo é que o fracasso dos processos de democratização se explica pela substituição de oligarquias autoritárias por oligarquias liberais (Mbuyi Kabunda Badi, 2008).

<sup>6</sup> A Comissão sobre a Situação da Mulher é um setor da ONU voltado para a promoção da igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres.

No contexto da “ajuda ao desenvolvimento” aos países africanos, houve uma redução de financiamento e o aumento da sujeição a fatores condicionantes, como boa governança política e econômica (conforme as regras da democracia liberal e do mercado), luta contra o terrorismo e a imigração. O continente foi “entregue” às Organizações Não Governamentais (ONGs), que substituíram o papel dos Estados nacionais e atenderam às bases do neoliberalismo, descomprometido com a agenda do bem-estar social e dos direitos humanos (Idem).

A adesão a essas políticas levou ao abandono do setor público, ao aumento da dívida externa e ao aprofundamento dos sofrimentos humanos. A globalização destruiu as fundações básicas do que poderia vir a ser um “Estado providencial”,<sup>7</sup> mantendo-o apenas como um aparato de opressão, deslegitimado e desestabilizado, submetido a deveres externos em detrimento de atender aos deveres internos (Kabunda Badi, 2008).

Na África Subsaariana, a adoção de programas de desenvolvimento e as receitas do Consenso de Washington assemelham-se às aplicadas na América Latina: a redução drástica dos gastos sociais, as leis do livre mercado e a desregulamentação do sistema público estatal, gerando privatizações, Estado mínimo e entrega à administração de instituições financeiras e capitais ocidentais, ações que se tornaram pilares de um “Governo invisível” ou o imperialismo ocidental (Idem, 2008).

Com a atual globalização, os povos africanos são vítimas de uma dupla dominação: o colonialismo interno de seus dirigentes e a exploração externa. Os dirigentes são aliados do sistema internacional e das elites transnacionais, objetivando manter seus privilégios políticos e econômicos, além de beneficiarem-se das vantagens da mundialização [...], em detrimento do conjunto da população (Kabunda Badi, 2008, p. 82, tradução livre).

O imaginário etnocêntrico sobre a África é construído sobre uma série de estereótipos, expressos em palavras como crise, catástrofe, conflitos, pobreza, fome, dívida, “ajuda”, “vítima”, dependência, guerra, caos, deficiência (Kabunda Badi, 2008; Joaquim Nhampoca, 2016). É preciso avançar em direção a novas teorias que superem o afropessimismo, baseado em frias estatísticas internacionais, produzidas pelas agências multilaterais, bilaterais, que não levam em conta a amplitude das alternativas, da economia popular em redes de comércio e de solidariedade, em grande parte liderada pelas mulheres, ou a história e a cultura de cada país (Nhampoca, 2016).

À medida que avança a integração global dos sistemas econômicos aumenta a desintegração nacional dos sistemas políticos. A mobilidade do capital financeiro se incrementa, junto com o poder das transnacionais, favorecendo a espoliação de recursos naturais, utilizando as novas tecnologias para disseminar práticas que levam à fome e ao empobrecimento dos/as africanos/as.

As corporações multinacionais aliadas aos Estados nacionais e às instituições financeiras internacionais, como FMI, Banco Mundial (BM) e Organização Mundial do Comércio (OMC), privilegiam a acumulação primitiva no continente, que tem sido a base da acumulação capitalista na África desde a era pré-colonial e colonial, marcada pela apropriação indevida de terras (Marjorie Mbilinyi, 2015), lógica na qual está inserido o Estado moçambicano.

As corporações mencionadas argumentam que é preciso garantir “estabilidade macroeconômica” para atrair investimento privado estrangeiro. Um dos fatores mais graves nesse processo é a liberalização e *comoditização* da posse da terra, que proporciona a investidores estrangeiros a oportunidade de acessar grandes extensões de uma forma aparentemente “legal”. Em Moçambique, a mudança na Lei de Terras tem sido alvo de denúncias e protestos dos movimentos camponeses. A liderança camponesa Rosete (Comunicação Oral, 2017), da Associação de Empoderamento da Mulher de Moçambique, ligada ao Fórum da Mulher Rural (FOMMUR), revela a dinâmica das alianças entre Estado e corporações, assim como a resistência de movimentos sociais:

Vou focar em alguns pontos. Primeiro: a terra é VENDIDA!!!! Os jogos informativos fazem questão de ressaltar que a terra não é vendida, que é adquirida por meio de documentação no município, mas, na prática, não é isso que acontece. Nós aqui estamos a declarar o terreno que temos e pagamos por ele. A venda de terras não é segredo, não são vendas sigilosas. Vamos agora à internet e não vai faltar anúncios de venda de terreno. São os próprios regularizadores que abocanham a terra e depois vendem os mesmos terrenos. Então é importante que haja uma capacitação severa em relação a esse assunto da Lei de Terra, brochuras informativas, linguagens diretas, de modo que uma camponesa ou uma mulher rural compreenda qual é, de fato, o seu direito. Não vamos tapar os olhos com a peneira com coisas que estão a acontecer e precisam de medidas reais, concretas.

Soma-se a esses fatores as mudanças estruturais nos mercados de trabalho do capitalismo, aprofundadas nos últimos 30 anos que, em Moçambique, deslocaram as mulheres para o

<sup>7</sup> Para o autor, o Estado desempenha um papel fundamental na garantia do bem-estar e da segurança social (Kabunda Badi, 2008).

trabalho informal ou temporário, sendo força de trabalho barato na indústria formal, para a plantação, zonas de processamento de exportação e indústria de processamento agrícola. Em várias partes da África, a acumulação capitalista foi baseada na extração do trabalho excedente das mulheres tanto no trabalho remunerado como não remunerado, tanto no formal, como no informal (Mbilinyi, 2015; McClintock, 2010).

A situação agrava-se em zonas rurais pela ausência de apoio público para o escoamento da produção excedente e o fato de que parte dos rendimentos adquiridos pelas mulheres está sujeita ao controle e à expropriação por parte de chefes de família do sexo masculino. Isso faz com que mulheres rurais se envolvam em múltiplas atividades fora das *machambas*,<sup>8</sup> buscando alternativas por conta própria para gerar renda, vendendo o excedente da agricultura de subsistência, alargando o tempo de trabalho de vidas com imensas dificuldades.

[...] Uma mulher que não tinha nada, nem uma capulana, mas através da formação percebeu que da sua produção na *machamba* precisa tirar uma parte para consumo e outra deixar para a semente do próximo ano. A metade vende para ter sal, amendoim, sabão e levar as crianças para escola, para aprender. Muitas vezes as mulheres vinham com as mãos cruzadas a dizer “eu sou pobre”. Mas enquanto uma pessoa tem mãos e cabeça não é pobre. A AMUDEIA junta mulheres que sabem dos seus direitos. Em relação à violência doméstica, a mulher diz “isto aqui já estou a ser violentada”. Antes nós achávamos que tudo aquilo que o marido e os familiares do marido faziam a gente tinha que cumprir porque fazia parte da cultura (Helena Juscavo, entrevista 2017).

A líder camponesa Rebeca Mabui (Comunicação Oral, 2017) expressa a luta do Fórum da Mulher Rural (FOMMUR) por políticas de Estado:

E a comunidade? É ela que está a sofrer. [N]O que o governo pode nos ajudar? Queremos que pare a discriminação, porque a mulher rural não é considerada. Está a guardar a terra, mas quando chega um académico discrimina aquela guardiã que está, lhe tira a terra. Faz de conta que não vê aquela pessoa. Só abriu os olhos, mas não consegue ver o que se passa. Ignoram nossa fala de analfabeta, impõem para sermos discriminadas. Por que estão a nos discriminar? Estão onde? Estão nas instâncias. Mas temos que ter advocacia, mostrarmos como nós existimos. Em anos passados tínhamos encontro da sociedade civil com o presidente da república, mas agora, desde que entrou esse, nunca fomos lá expor os nossos problemas.

Seu depoimento revela uma perspectiva para uma agenda de democratização do Estado que tem impulsionado o surgimento de centenas de associações nacionais e pan-africanas desde 1990, em resistência às invisibilidades das diferentes demandas das mulheres do continente, voltadas para o desenvolvimento com direitos humanos, incluindo o recorte de gênero. As mulheres somam-se a essa agenda com novas demandas para os “novos lugares” ocupados por elas na vida cotidiana, incluindo a presença na vida pública (na política, no mercado de trabalho formal e informal, cargos de gestão etc.):

[...] insistem cada vez mais na descentralização do Estado de direito, na transparência da gestão e na luta contra a corrupção e a criminalidade econômica. Em muitos casos, além de publicar trabalhos e levar a público sua postura sobre um determinado problema, mediante comunicados de imprensa, esta sociedade civil tem atuado quando considera necessário, através de greves, marchas de protestos e boicotes aos Governos (Kabunda Badi, 2008, p. 82).

Independente do formato institucional – por vezes, sem reconhecimento legal –, essas associações envolvem-se na prevenção, resolução e gestão pós-guerra. Em vários países, esses movimentos orientaram ações para a reconciliação nacional, reintegração social de pessoas deslocadas, busca da memória e da verdade sobre “limpezas” de grupos étnicos ou genocídios e a proteção de refugiados e vítimas de minas (Kabunda Badi, 2008).

As relações em rede com outros movimentos sociais e com o Estado podem variar de grupos de mulheres autônomas, LGBTs e exclusivistas a seções de mulheres de partidos políticos e outros movimentos sociais. Graça Samo (entrevista, 2018), da MMM, vê como um dilema a preocupação exclusiva com a institucionalização dos movimentos, que pode gerar interferência na autonomia da organização. Ela aponta a dimensão invisível das mulheres da base, do povo, que se auto-organizam em redes de ajuda mútua:

[...] na realidade de África há uma dificuldade muito grande de entender o movimento, porque as organizações foram construídas a partir de uma perspectiva da ajuda internacional ou em um mecanismo para organizar o *delivery* do governo e de políticas públicas. As mulheres criam associação para receber financiamentos “pela demanda”, não para fazerem as coisas como querem. Aqui nesse país [Moçambique] tem muitos grupos que são de auto-organização das mulheres, esporádicos, pelo *xitique*,<sup>9</sup> pelas madrinhas, mas esses grupos não são considerados organizações, nem movimentos.

<sup>8</sup> Roças, lavouras.

<sup>9</sup> “O *xitique* é um termo na língua changana para a prática de uma rede de ajuda social e afetiva que envolve família/colegas/amigas, que inclui uma poupança popular, pois a cada mês um/a dos participantes recebe o

Essas problemáticas, agendas de resistência e alternativas criaram conexões dos movimentos sociais locais com redes de movimentos sociais e acadêmicas, advindas do Fórum Social Mundial, levando à criação do Fórum Social Africano (FSA)<sup>10</sup> (Idem), realizado pela primeira vez em janeiro de 2007, em Dakar, Senegal. O FSA é integrado por movimentos sociais, sindicatos, organizações de mulheres e feministas, juventude, organizações denominacionais, universidades, ONGs e outras organizações da sociedade civil do continente.

Concomitantemente, surgem os movimentos feministas, organizações de direitos, ONGs. Parte das organizações de mulheres caiu na falácia da “ajuda”, caridade, da “integração de mulheres” e do assistencialismo, despolitizando as resistências. Mama (2002) reflete sobre os desafios para as mulheres nesse contexto antagônico:

[...] a busca pela igualdade de gênero se tornou um negócio cada vez mais complicado, muito ligado à indústria de desenvolvimento global. A luta de gênero requer tipos muito específicos de crítica, capacidade intelectual e institucional em todo o mundo, mas em nenhum outro lugar mais do que nas circunstâncias desafiadoras deste continente. Os formuladores de políticas não estão completamente errados quando identificam a falta de capacidade e perícia como um grande obstáculo à implementação de leis e políticas equitativas de gênero, ou simplesmente dizem ‘não sabemos como fazer isso’.

O trabalho de campo em Moçambique ratificou a ideia de que os feminismos africanos estão cientes das limitações das suas estratégias, mas mulheres de toda a África enfrentam os desafios de maneiras diferentes. Suas lutas são marcadas por “muita energia e criatividade, retrabalhando o feminismo, planejando novas estratégias e implantando novas tecnologias juntamente com os novos conhecimentos adquiridos com as experiências das últimas décadas” (Mama, 2002).

A trajetória de luta das mulheres na África do Sul, por exemplo, inspira o continente a articular reflexões sobre o Estado, o poder político, a sociedade civil e movimentos de mulheres, olhando para os movimentos sociais como um vasto campo empírico e analítico para pensar alternativas e mapear produções de mulheres do Sul-Sul (Shireen Hassim, 2005). Destacam-se temas como a racialização das sociedades do Sul, a religião como instrumento de dominação colonial, a construção colonial de subjetividades deficitárias e intersecções como gênero, raça e classe, contribuindo para a definição de interesses das mulheres, pois “o gênero está simultaneamente em todo lugar, as diferenças de gênero estão inscritas em praticamente todas as relações humanas, assim como na ordenação das estruturas sociais, políticas e econômicas de todas as sociedades” (Hassim, 2005, p. 2).

Essa perspectiva fortalece a ideia de que a construção de um projeto para a transformação das relações de poder existentes entre raça, classe e gênero precisa levar em conta o feminismo como um veículo ideológico de dimensão política direta para denunciar a opressão das mulheres e confrontar o poder masculino em todas as suas dimensões (Idem). Um movimento social “forte” articula, mobiliza e defende interesses da sua base, é capaz de desenvolver estratégias independentes para atingir os objetivos, criando alianças com outros movimentos progressistas.

Essa definição sugere que um movimento social forte requer um grau de autonomia política para manter seu poder relativo dentro de qualquer aliança e em relação ao Estado. Além dessas capacidades organizacionais, as influências ideológicas do feminismo são vitais para a construção de movimentos vigorosos de mulheres (Hassim, 2005, p. 15).

Esse projeto necessita estar atento aos atalhos propostos pelo feminismo liberal, que raramente questiona as condições estruturais da desigualdade das mulheres, levando à acomodação das instituições, ideologias e agentes de poder e se tornando movimentos sociais “fracos” (Hassim, 2005).

Há no espectro desse lugar amplo e heterogêneo, instituições conservadoras da sociedade civil que organizam mulheres de uma determinada base social, mas não questionam as relações de poder e a estrutura da sociedade. Essas múltiplas formas organizacionais são acompanhadas de uma variedade de estratégias e táticas, que podem ser de assimilação e adesão ao sistema, ou de resistência, confronto, ação direta, violência, negociação, lobby e advocacia.

## Considerações finais

- Não há outra alternativa senão a morte?

- Não. A África deve morrer para renascer. É necessário que feche as portas para se redescobrir e se reconhecer de outra maneira. Devemos ficar entre nós, consumir localmente, olhar para os programas africanos ... Aqueles que sobreviverão a essa morte simbólica começarão com novas bases sobre as quais vamos nos recompor com o mundo, nós fixamos os preços das

montante acumulado que reúne a contribuição de cada pessoa. Aqui no Brasil designamos de “bolão” (Gasparetto, 2019, p. 172).

<sup>10</sup> Seção africana do Fórum Social Mundial (FSM), realizado pela primeira vez em Porto Alegre – RS, em 2001.

matérias-primas. Se não, apenas os outros aproveitarão a globalização (Bugul, 2013, p. 161-162).

Este artigo partiu da necessidade de deslocar o olhar sobre a África, questionando os mecanismos persistentes de racismo epistêmico e a hegemonia eurocentrada na produção de saberes. A partir da experiência de pesquisa em Moçambique e de entrevistas com ativistas e intelectuais, argumentamos que os feminismos africanos, especialmente os moçambicanos, produzem epistemologias críticas que enfrentam as múltiplas camadas de colonialidade e globalização neoliberal (Oyěwùmí, 2004; Mbembe, 2018; Gasparetto, 2019).

Buscamos evidenciar que a invisibilização das epistemologias africanas é uma falha acadêmica e uma expressão do racismo epistêmico que sustenta a hierarquia global do conhecimento. No campo dos estudos de gênero e feminismos, isso se manifesta na tendência de importar categorias, marcos teóricos e agendas exógenas, desconsiderando os contextos históricos, culturais e políticos específicos do continente africano e do Sul-Sul. Pensar a África a partir de seus próprios referenciais teóricos, históricos e políticos é um gesto de resistência frente a séculos de colonização do saber, do ser e do poder.

Os feminismos moçambicanos – diversos, enraizados e conectados em redes transnacionais – recusam o lugar da subalternidade e constroem agendas próprias, que dialogam com, mas não se subordinam aos paradigmas eurocêntricos. Eles operam no entrelaçamento entre o local e o global, entre o campo e a cidade, entre o formal e o informal, entre a academia e os movimentos sociais. São feminismos que compreendem que gênero, etnia, classe, território e ancestralidade são dimensões conectadas, atravessamentos que estruturam a vida e a luta das mulheres africanas. As entrevistas com ativistas e intelectuais moçambicanos (ver Quadro 1) revelam a potência política e epistêmica dessas experiências, que não apenas contestam o patriarcado e o capitalismo global, mas também propõem alternativas ancoradas em saberes locais, espiritualidades africanas, solidariedades comunitárias e princípios de justiça social.

Ao discutir as relações Sul-Sul, sugerimos a importância de fortalecer os laços entre os feminismos africanos e latino-americanos, promovendo o intercâmbio de saberes, práticas e estratégias de resistência (Gasparetto; Speck, 2022). Ainda que esses diálogos sejam recentes e, por vezes, esparsos, eles representam uma via fundamental para a construção de uma teoria crítica global inovadora e representativa do Sul Global. É preciso criar e manter corredores para a circulação de ideias, experiências e epistemologias entre territórios historicamente marginalizados. É neste “corredor de saberes” que se desenham alianças epistemológicas e políticas que desafiam a dominação colonial e criam possibilidades de transformação mútua.

Reconhecer a África – e em especial Moçambique – como produtora de conhecimento é uma tarefa política, ética e metodológica. Isso implica revisar os cânones, diversificar as referências bibliográficas, valorizar as vozes locais e incluir os movimentos sociais como sujeitos epistêmicos legítimos. Significa, também, confrontar a indústria do desenvolvimento e seus mecanismos de dominação, como a cooperação internacional assimétrica, o discurso da ajuda humanitária e a captura de agendas por organizações não governamentais subordinadas à lógica neoliberal.

A luta pela terra, direitos, reconhecimento e autonomia das mulheres moçambicanas é atravessada por uma crítica profunda à globalização capitalista, ao extrativismo e ao esvaziamento do Estado. Suas experiências revelam como as formas contemporâneas de acumulação de capital continuam a se apoiar na exploração dos corpos, territórios e trabalhos das mulheres do Sul. No entanto, revelam também a emergência de formas de organização e resistência que reconfiguram a política a partir de outros princípios: a reciprocidade, o cuidado, a ancestralidade, a coletividade e a justiça interseccional.

Nesse sentido, este artigo convida à escuta, ao reconhecimento e ao compromisso com práticas feministas que desafiam o pensamento único e a normatividade acadêmica. São experiências que tensionam fronteiras, deslocam centralidades e nos convocam a repensar os fundamentos das teorias feministas. Valorizar esses aportes é reconhecer que sem as epistemologias dos estudos de gênero e feministas a discussão permaneceria incompleta e hierárquica.

Fortalecer os feminismos africanos e suas articulações com a América Latina é essencial para a construção de um mundo mais justo, plural e solidário. Essa tarefa exige disposição para aprender com a diferença, enfrentar as heranças coloniais que persistem nas estruturas de poder e fazer da escuta uma prática política transformadora. A África não é um “outro” distante, mas parte constitutiva de nossas histórias comuns e, sobretudo, de nossos futuros possíveis.

Encerramos com a provocação de Bugul (2013): “A África deve morrer para renascer [...] aqueles que sobreviverem a essa morte simbólica começarão com novas bases sobre as quais vamos nos recompor com o mundo”. Este renascimento exige escuta, desobediência epistêmica e a aposta coletiva em mundos mais justos, feministas e plurais – entre o Atlântico e o Índico.

**Quadro 1** – Entrevistadas em Moçambique

Nome da Entrevistada	Organização	Data da Entrevista	Local	Atuação
Carla Braga	Universidade Eduardo Mondlane	30/10/2017	Maputo	Docente universitária
Rehana Capurchande	Universidade Eduardo Mondlane	16/12/2017	Maputo	Docente universitária
Helena Juscavo	Amudeia	2017	Manhiça	Camponesa, dirigente da Amudeia
Rebeca Mabui	Fommur - Fórum Mulher	19/10/2017	Maputo	Camponesa, dirigente do Fommur
Sheila Mandlhate	Fórum Mulher	18/12/2017	Maputo	Ativista, Consultora do Fórum Mulher
Graça Samo	Marcha Mundial das Mulheres	27/01/2018	Maputo	Coordenadora Internacional da MMM
Rosete	Fommur	2017	Maputo	Camponesa

**#PraTodoMundoVer** O quadro é composto por cinco colunas intituladas Nome da Entrevistada, Organização, Data da Entrevista, Local e Atuação. Na primeira linha consta Carla Braga, vinculada à Universidade Eduardo Mondlane, com entrevista realizada em 30/10/2017, no local Maputo, e atuação como docente universitária. Na segunda linha aparece Rehana Capurchande, também da Universidade Eduardo Mondlane, entrevistada em 16/12/2017, em Maputo, com atuação como docente universitária. A terceira linha apresenta Helena Juscavo, vinculada à AMUDEIA, com entrevista realizada em 2017, no local Manhiça, atuando como camponesa, dirigente da AMUDEIA. Na quarta linha consta Rebeca Mabui, vinculada ao FOMMUR – Fórum Mulher, entrevistada em 19/10/2017, em Maputo, com atuação como camponesa, dirigente do FOMMUR. Na quinta linha aparece Sheila Mandlhate, vinculada ao Fórum Mulher, entrevistada em 18/12/2017, em Maputo, com atuação como ativista, consultora do Fórum Mulher. A sexta linha apresenta Graça Samo, vinculada à Marcha Mundial das Mulheres, com entrevista realizada em 27/01/2018, no local Maputo, atuando como coordenadora internacional da MMM. Na sétima e última linha consta Rosete, vinculada ao FOMMUR, com entrevista realizada em 2017, no local Maputo, e atuação como camponesa.

## Referências

- ADÉSINÀ, Jimi O. “Re-appropriating Matrifocality: Endogeneity and African Gender Scholarship”. *Sociological Review African*, v. 14, p. 2-19, 2010.
- BRAGA, Carla. Entrevista concedida à Vera Gasparetto. Maputo, Moçambique, 30/10/2017. Duração: 00:51:58 min; 00:00:41 min (dois arquivos).
- BUGUL, Ken. “Se nos quiere hacer creer que la mujer africana siempre está en el campo o en el mercado transportando algo en la cabeza o en la espalda (entrevista)”. In: LAGARRIGA, Dídac P. (Org.). *Africana – Aportaciones para la descolonización del feminismo*. Barcelona: Oozebap, 2013. p. 143-163. (Colección Pescando husmeos nº 10)
- CABRAL, Amílcar. *Nacionalismo e Cultura*. Galiza: Edicións Laiovento, 1999.
- CEPAL. *La inversión extranjera directa en América Latina y el Caribe*. Chile: Santiago de Chile, 2010.
- CONNELL, Raewyn; PEARSE, Rebecca. *Gênero: uma perspectiva global*. São Paulo: nVersos, 2015.
- FANON, Franz. *Pele negra, máscaras brancas*. Salvador: Editora da Universidade Federal da Bahia, 2008.
- FEDERICI, Silvia. *Calibã e a Bruxa – mulheres, corpo e acumulação primitiva*. São Paulo: Elefante, 2017.
- FERNÁNDEZ, Victor Ramiro; MAUXMANN, Carolina Teresita; TREVIGNANI, Mauro Facundo. “Emergencia del Sur Global. Perspectivas para el desarrollo de la periferia latinoamericana”. *Economía e Sociedade*, Campinas, v. 23, n. 3, p. 611-643, 2014.
- FRASER, Nancy. “Mapeando a imaginação feminista: da redistribuição para o reconhecimento da representação”. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 15, n. 2, 2007. Disponível em <https://www.scielo.br/j/ref/a/qLvaqR85s5gaq56d63QhPX4VP/abstract/?lang=pt>. Acesso em 09/11/2013.

GGN. “Nosso Norte é o Sul” – O legado de Torres García”. GGN, 2013. Disponível em <https://jornalggg.com.br/cultura/nosso-norte-e-o-sul-o-legado-de-torres-garcia/>.

GASPARETTO, Vera Fátima. *Corredor de saberes: vavasati vatinhonha (mulheres heroínas) e redes de mulheres e feministas em Moçambique*. 2019. Doutorado – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil. Disponível em <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/193918>. Acesso em 21/12/2024.

GASPARETTO, Vera Fátima. “O campo dos estudos de gênero em Moçambique/África”. *Revista Estudos Feministas*, v. 28, n. 1, e68326, 2020. ISSN 1806-9584. DOI: 10.1590/1806-9584-2020v28n168326.

GASPARETTO, Vera Fátima; SPECK, Débora. “Tecendo conexões e aproximações entre feminismos africanos e latino-americanos”. *Revista Eletrônica da ANPHLAC*, v. 22, n. 32, p. 119-151, 2022. DOI: 10.46752/anphlac.32.2022.4047.

GILROY, Paul. *O Atlântico Negro – Modernidade e dupla consciência*. Rio de Janeiro: Editora 34, 2012.

HASSIM, Shireen. “Voices, hierarchies and spaces: Reconfiguring the women’s movement in democratic South Africa”. *South African Journal of Political Studies*, v. 32, 2005.

JUSCAVO, Helena. Entrevista concedida à Vera Gasparetto. Maputo, Moçambique, 2017. Duração: 00:00:54 min.

KABUNDA BADI, Mbuyi. “África en la globalización neoliberal: las alternativas africanas”. *Revista Theomai*, n. 17, p. 77-87, 2008.

LANDER, Edgardo (Org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2005. (Colección Sur Sur)

LOFORTE, Ana. *Gênero e Poder – Entre os Tsonga de Moçambique*. Lisboa: Ela por Ela, 2003.

LUGONES, María. “Colonialidad y Género”. *Tabula Rasa*, Bogotá, n. 9, p. 73-101, 2008.

MABUI, Rebeca. “Intervenção”. In: FORMAÇÃO POLÍTICA FEMINISTA DO FOMMUR. *Comunicação oral*, Marracuene, 03/11/2017.

MAMA, Amina. “Gains and Challenges: Linking Theory and Practice”. In: WOMEN’S WORLD’S CONGRESS. *Keynote Address presented at opening ceremony*, Makerere University, 2002.

MAMA, Amina. “Las fuentes históricas nos dicen que incluso las mujeres blancas han mirado siempre hacia África para encontrar alternativas a su subordinación” (entrevista). In: LAGARRIGA, Dídac P. (Org.). *Africana - Aportaciones para la descolonización del feminismo*. Barcelona: Oozebap, 2013. p. 7-21.

MANDLHATE, Sheila. Entrevista concedida à Vera Gasparetto. Maputo, Moçambique, 18/12/2017. Duração: 00:42:24 min.

MBEMBE, Achille. *Crítica da Razão Negra*. São Paulo: N-edições, 2018.

MBILINYI, Marjorie. *Transformative Feminism in Tanzania: Animation and Grassroots Women’s Struggles for Land and Livelihoods*. Cambridge: Oxford University Press, 2015. Disponível em <https://academic.oup.com/oxford-handbooks-online>. Acesso em 25/03/2017.

McCLINTOCK, Anne. *Couro Imperial – Raça, Gênero e Sexualidade no embate colonial*. Campinas: Editora da Unicamp, 2010.

McFADDEN, Patricia. Cultural Practice as gendered exclusion: Experiences from Southern Africa. In: SISASK, Anne (Ed.). *SIDA studies n° 3. Discussing Womens’s Empowerment – Theory and Practice*. Stockholm: Novum Grafiska AB, 2001. p. 58-72.

MIÑOSO, Yudérkis E. “Presentación”. In: OYĒWŪMÍ, Oyèrónké. *La invención de las mujeres. Una perspectiva africana sobre los discursos occidentales del género*. Tradução de Alejandro Montelongo González. Bogotá: Editorial en la Frontera, 2017.

NHAMPOCA, Joaquim. "Os três C's da África e a desconstrução do rótulo". In: BOAVENTURA, Ilka; SEVERO, Cristine (Orgs.). *Kadila: culturas e ambientes – Diálogos Brasil-Angola*. São Paulo: Edgard Blücher Ltda., 2016. p. 417-426.

OGUNDIPE, Molar. "El término postfeminismo se está usando como si las necesidades del feminismo ya se hubieran alcanzado. Los estudios de género y el trabajo social no sólo se han convertido en una moda, sino también en una industria" (entrevista). In: LAGARRIGA, Didac P. (Org.). *Africana – Aportaciones para la descolonización del feminismo*. Barcelona: Oozebap, 2013. p. 22-56. (Colección Pescando husmeos nº 10)

OYĚWÙMÍ, Oyèrónké. *A invenção das mulheres – construindo um sentido africano para os discursos*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.

OYĚWÙMÍ, Oyèrónké. "Conceptualizing gender: the eurocentric foundations of feminist concepts and the Challenge of African Epistemologies". *CODESRIA Gender Series*, Dakar, v. 1, 2004. Disponível em <https://www.codesria.org/IMG/pdf/OYEWUMI.pdf>. Acesso em 22/04/2023.

OYĚWÙMÍ, Oyèrónké. *La invención de las mujeres. Una perspectiva africana sobre los discursos occidentales del género*. Tradução de Alejandro Montelongo González. Bogotá: Editorial en la Frontera, 2017.

PEDRO, Joana Maria. "Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica". *História*, São Paulo, v. 24, n. 1, p. 77-98, 2005.

QUIJANO, Aníbal. "Colonialidade, poder, globalização e democracia". *Novos Rumos*, ano 17, n. 37, p. 4-28, 2002.

RASSOL, Ciraj; HAYES, Patricia. "Do trabalho de campo à exposição do império: a viagem da bosquímana /Khanako pela África do Sul, 1936-1937". In: MAGGIE, Yvonne; REZENDE, Claudia Barcelos. *Raça como retórica – a construção da diferença*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

ROSETE. In: FORMAÇÃO POLÍTICA FEMINISTA DO FOMMUR. *Comunicação oral*, Marracuene, 28/09/2017.

SAMO, Graça. Entrevista concedida à Vera Gasparetto. Maputo, Moçambique, 27/01/2018. Duração: 01:39:20 min.

SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização – do pensamento único à consciência universal*. 9 ed. Rio de Janeiro: Record, 2002.

SHOHAT, Ella; STAM, Robert. *Crítica da Imagem Eurocêntrica*. São Paulo: Cosac & Naify, 2006.

**Vera Fátima Gasparetto** ([gasparettovera@gmail.com](mailto:gasparettovera@gmail.com)) é pesquisadora de Pós-Doutorado Júnior do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), vinculada ao Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), ao Laboratório de Estudos de Gênero e História (LEGH) e ao Instituto de Estudos de Gênero (IEG). Pesquisadora financiada pelo Programa de Doutorado Sanduíche no Exterior (PDSE) e pelo Programa Nacional de Pós-Doutorado (PNPD), da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

**Luzinete Simões Minella** ([simoesluzinete@gmail.com](mailto:simoesluzinete@gmail.com)) é Professora Adjunta IV aposentada da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Atuou como professora voluntária no PPG Interdisciplinar em Ciências Humanas entre 2003 e 2020, coordenou a Área de Concentração em Estudos de Gênero. Integra o Conselho Consultivo do Instituto de Estudos de Gênero (IEG), e é cocoordenadora Editorial da REF.

## COMO CITAR ESTE ARTIGO DE ACORDO COM AS NORMAS DA REVISTA

GASPARETTO, Vera Fátima; MINELLA, Luzinete Simões. "Entre o Atlântico e o Índico: feminismos africanos, globalização e articulações Sul-Sul". *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 34, n. 1, e108862, 2026.

## CONTRIBUIÇÃO DE AUTORIA

Vera Fátima Gasparetto: concepção e formulação do artigo, coleta de dados, realização das entrevistas, análise de dados, elaboração do manuscrito, redação e discussão de resultados.

Luzinete Simões Minella: concepção e formulação do artigo, leitura e seleção de trechos de entrevistas, análise de dados, leitura e contribuição do manuscrito, revisão da redação e discussão de resultados.

## FINANCIAMENTO

Este artigo foi financiado pelo Programa de Doutorado Sanduíche no Exterior (PDSE/CAPES) e por bolsa do Programa Nacional de Pós-Doutorado (PNPD/CAPES). Atualmente, a pesquisadora é financiada por Bolsa de Pós-Doutorado Júnior (PDJ/CNPq).

## DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DE DADOS

Os dados de pesquisa só estão disponíveis mediante solicitação.

## CONSENTIMENTO DE USO DE IMAGEM

Não se aplica.

## APROVAÇÃO DE COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

Não se aplica.

## CONFLITO DE INTERESSES

Não se aplica.

## LICENÇA DE USO

Este artigo está licenciado sob a [Licença Creative Commons CC-BY 4.0 International](#). Com essa licença você pode compartilhar, adaptar, criar para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra.

## HISTÓRICO

Recebido em 17/09/2025

Aceito em 18/09/2025

## EDITORA RESPONSÁVEL

Cristina Scheibe Wolff  0000-0002-7315-1112

## EDITORA CIENTÍFICA

Francine Costa  0000-0001-5295-2212

